



**ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e quinze minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do Senhor Deputado Paulo Duarte e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Amarildo Cruz, Primeiro e Segundo-Secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente sessão Ordinária mista.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, ocupando a Segunda-Secretaria, o Deputado Amarildo Cruz, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (Deputado Amarildo Cruz) - Senhor Presidente, colegas Deputados, todos que acompanham a nossa Sessão, bom dia! Leitura da ata. *"Ata da Quadragésima Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e treze minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do Senhor Deputado Paulo Duarte e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária mista. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Quarenta e Seis da Trigésima Nona Sessão Ordinária. Pelo Senhor Primeiro-Secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 650/2022, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 738/2022, da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 2/2022, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Ofícios nºs 784, 785, 789, 790, 791, 792, 796, 798, 803 e 804/2022, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Não houve oradores inscritos. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Deputados Herculano Borges, Barbosinha, Renato Câmara, Jamilson Name, Evander Vendramini e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE - Usaram da palavra os Deputados Amarildo Cruz, Herculano Borges, João Henrique e Pedro Kemp. ORDEM DO DIA - Foram aprovadas, em redação final e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 417/2021, de autoria dos Deputados João Henrique e Coronel David, apensado ao Projeto de Lei nº 22/2022, de autoria do Deputado Capitão Contar; Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2022, de autoria do Deputado Paulo Corrêa; Projeto de Lei nº 212/2020, de autoria do Deputado Capitão Contar. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal on-line, o Projeto de Lei nº 101/2022, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal on-line, o Projeto de Lei nº 91/2022, de autoria da Deputada Mara Caseiro. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 205/2021, de autoria do Deputado Evander Vendramini; Projeto de Lei nº 407/2021, de autoria do Deputado Antonio Vaz; Projeto de Lei nº 86/2022, de autoria do Deputado Antonio Vaz. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do Deputado Neno Razuk, endereçada aos familiares de Jardel Barcellos de Paula; requerimentos de moções de pesar, de autoria dos Deputados Renato Câmara e Barbosinha, endereçadas aos familiares de Natalino Aparecido de Barros; requerimento de moção de pesar, de autoria dos Deputados Paulo Corrêa, Felipe Orro e Barbosinha, endereçada aos familiares de Pedro Henrique Evangelista Bahia; requerimento de moção de pesar, de autoria do Deputado Pedro Kemp, endereçada aos*



familiares de Maria de Lourdes Cândida; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Lidio Lopes, endereçada ao Presidente da Federação Estadual de Judô, pela realização do Campeonato Brasileiro de Judô – Região IV, no Município de Campo Grande; requerimentos de moções de congratulação, de autoria do Deputado Lidio Lopes, encaminhadas aos Prefeitos de Deodápolis, Itaquiraí, Jardim, Mundo Novo, Sete Quedas e Tacuru, pelo aniversário dos municípios; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Barbosinha, endereçada à Senhora Denise Cardoso, nutricionista esportiva da equipe de natação do Rádio Clube Campo, pela contribuição nos treinamentos e dedicação em prol do bem-estar dos atletas; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Barbosinha, endereçada ao Treinador Esportivo da Equipe de Natação do Rádio Clube Campo, Senhor José Gehilson da Silva, pela excelência no treinamento dos atletas e pelos resultados expressivos obtidos nas últimas competições nacionais de natação; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Herculano Borges, endereçada ao Major Aldinei Perez da Silva, que assumiu o comando do 6º Grupamento de Bombeiros Militar, na solenidade realizada no dia 9 de maio de 2022, no Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Herculano Borges, endereçada ao Tenente-Coronel Danilo Santos Moreira Leite pela passagem de comando do 6º Grupamento de Bombeiros Militar, na solenidade realizada no dia 9 de maio de 2022, no Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Herculano Borges, endereçada às atletas Raissa Caroline Ferreira de Freitas e Naiady Ortega, da UFMS, que foram vice-campeãs nos Jogos Universitários Brasileiros/JUBS - Praia 2022, na modalidade beach tennis; requerimentos de moções de congratulação, de autoria do Deputado Renato Câmara, endereçadas a nove personalidades, pelo Dia do Gari, comemorado no dia 16 de maio; requerimento, de autoria do Deputado Pedro Kemp, solicitando o uso da Tribuna no dia 24 de maio de 2022, no tempo regimental, durante a sessão ordinária desta Casa de Leis, ao Senhor Pedro Nicolich, representante da Federação Sul-Mato-Grossense de Cultura e Etnia Cigana, que falará sobre o Dia Nacional e Estadual do Povo Cigano; requerimento, de autoria do Deputado Professor Rinaldo, solicitando a realização de solenidade, a ser realizada no dia 27 de junho de 2022, às 19 horas, no Plenário Júlio Maia, em alusão ao jubileu de fundação da Igreja Assembleia de Deus de Mato Grosso do Sul; indicações, de autoria dos Lucas de Lima, Renato Câmara, Barbosinha, Paulo Corrêa, Pedro Kemp, Amarildo Cruz, Zé Teixeira, Jamilson Name e Felipe Orro. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usou palavra a Deputada Mara Caseiro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezoito de maio do ano de dois mil e vinte e dois". Foi lida a ata, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Agradeço. Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o Senhor Primeiro-Secretário, Deputado Zé Teixeira, para proceder à leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO - Bom dia, Senhor Presidente e nobres pares! Expediente da Sessão Ordinária do dia 19 de maio de 2022: Ofícios nºs 1.507 a 1.513, 1.526 e 1.527/2022, da Prefeitura Municipal de Dourados, respondendo às indicações dos Deputados Marcio Fernandes, Marçal Filho e Barbosinha (Prot. nºs 25.422, 25.420, 25.419, 25.418, 25.417, 25.416, 25.415, 25.424, 25.413/2022); Ofício nº 814/2022, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande,



respondendo ao requerimento do Deputado Capitão Contar (Prot. nº 25.406/2022). Foi lido o expediente, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Passemos à **Segunda** Parte do Pequeno Expediente. Com a palavra, o Deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Senhor Presidente, colegas Deputados, eu venho apresentar uma indicação. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Prefeita Municipal de Campo Grande, Senhora Adriane Lopes, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando o asfaltamento da Rua Candeias, no Distrito do Indubrasil. Agora, uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, observadas as disposições regimentais, que seja enviada moção de congratulação ao Clube Desportivo Pavilhão Nove, torcida organizada do Sport Club Corinthians Paulista, na pessoa do seu Presidente, Senhor André Mandu, estendida ao Departamento Social, bem como aos demais colaboradores, pelo trabalho social desenvolvido na Cidade de Campo Grande. Agora, eu vou ler um requerimento. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Antonio Videira, solicitando a seguinte informação: "considerando o aumento de muitas injustiças provocadas por falhas no reconhecimento fotográfico nos últimos tempos, considerando que mais de 80% dos réus absolvidos de acusações feitas com base no reconhecimento fotográfico chegaram a ser presos no curso do processo judicial e que em média a detenção durou um ano e dois meses, existindo casos de pessoas que ficaram presas por quase seis anos, 'qual o quantitativo de procedimentos realizados utilizando-se apenas do reconhecimento fotográfico no nosso Estado?'. Por último, Senhor Presidente, apresento um projeto de lei. Projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a Casa de Passagem Resgate, pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza assistencial, com sede e foro no Município de Campo Grande. Somente isto, Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Obrigado, Deputado Amarildo Cruz. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Senhores Deputados (*Uma moção de congratulação, dois requerimentos, uma moção de pesar, um projeto de lei e uma indicação, de autoria do Deputado Amarildo Cruz. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, observadas as disposições regimentais, que seja enviada moção de congratulação ao Clube Desportivo Pavilhão Nove, torcida organizada do Sport Club Corinthians Paulista, na pessoa do seu Presidente André Mandu, estendida ao Departamento Social e demais colaboradores, pelo trabalho social desenvolvido na Cidade de Campo Grande (Prot. nº 01773/2022). Requeiro à Mesa, com fundamento no que dispõe o artigo 160, inciso V, do Regimento Interno, a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para o dia 10 de junho de 2022, a partir das dezenove horas, para a realização da Sessão Solene de entrega da Comenda Asa Branca, instituída pela Resolução nº 27/2017, podendo ser realizada de maneira híbrida, com mesa de autoridades, presencial/on-line e telespectadores no modo on-line (Prot. nº 01779/2022). Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que



seja encaminhado requerimento de informações ao Secretário de Estado de Segurança Pública, Senhor Antonio Videira, conforme texto anexo (Prot. nº 01774/2022). Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar pelo falecimento da Senhora Suely Pletz Neder (Prot. nº 01771/2022). Projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a Casa de Passagem Resgate, pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza assistencial, com sede e foro no Município de Campo Grande (Prot. nº 01770/2022). Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Prefeita Municipal de Campo Grande, Senhora Adriane Lopes, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando o asfaltamento da Rua Candeias, no Distrito do Indubrasil (Prot. nº 01772/2022). Uma moção de congratulação, um requerimento e uma indicação, de autoria do Deputado Evander Vendramini. Requeiro à Mesa, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Senhora Fabiana Tobaru Kanashiro, ao Senhor Tulio Tadeu Moraes, bem como aos demais enfermeiros que atuam na UBSF Maria Aparecida Pedrossian, pela presteza e zelo no desenvolvimento de suas atividades em prol da sociedade (Prot. nº 01763/2022). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Tarcísio Gomes de Freitas, Ministro da Infraestrutura, bem como aos representantes da Bancada Federal do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando que realizem projeto de manutenção de toda a extensão das vias: BR-262, entre Campo Grande e Miranda; BR-060, entre Miranda e Corumbá (Prot. nº 01790/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Vice-Almirante Paulo César Bittencourt Ferreira, Comandante do 6º Distrito Naval da Marinha do Brasil, com cópia autônoma ao Capitão de Fragata Gleidir de Oliveira Rodrigues de Abreu, Comandante da Capitania Fluvial do Pantanal da Marinha do Brasil, solicitando estudos técnicos para a realização de provas de arrais-amador para os interessados do Distrito de Albuquerque, em Corumbá, nas datas sugestivas de 1º a 5 de agosto do corrente ano, em razão da solicitação de ao menos trinta alunos que necessitam desse serviço naquela região, pois não possuem condições financeiras para se locomoverem até as Cidades de Corumbá ou Ladário (Prot. nº 01762/2022). Duas moções de pesar, de autoria do Deputado Felipe Orro. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da Senhora Suely Pletz Neder, falecida no último dia 16 de maio (Prot. nº 01788/2022). Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do Senhor Oneones Custódio da Silva, pastor titular da Igreja do Evangelho Quadrangular em Aquidauana, falecido no último dia 17 de maio (Prot. nº 01778/2022). Uma indicação, de autoria do Deputado Herculano Borges. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Prefeita Municipal de Campo Grande, Senhora Adriane Lopes, com cópia ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a instalação de semáforo no cruzamento da Avenida Três Barras com a Rua Domingos Jorge Velho, no Bairro Vilas Boas (Prot. nº 01761/2022). Uma moção de congratulação, de autoria do Deputado Lidio Lopes. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste



Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário do Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcílio, solicitando a construção de um viaduto em frente à Usina Adecoagro, no Município de Ivinhema (Prot. nº 01769/2022). Um projeto de lei e três indicações, de autoria do Deputado Lucas de Lima. Projeto de lei que institui que os pais ou responsáveis legais de alunos que estejam cursando o ensino fundamental devam comparecer, a cada bimestre, às reuniões oficiais nas escolas de seus filhos (Prot. nº 01764/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à Prefeita Municipal de Campo Grande, Senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando a execução da Operação Tapa-Buraco na Rua Major José Pinto, no Jardim São Conrado (Prot. nº 01759/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à Prefeita Municipal de Campo Grande, Senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando a execução do serviço de patrolamento e encascalhamento da Rua Duvivier (Prot. nº 01758/2022). Indico à Mesa, na forma do disposto no artigo 176 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, Prefeita Municipal de Campo Grande, com cópia ao Senhor Janine de Lima Bruno, Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, solicitando a instalação de uma faixa elevada ou de um redutor de velocidade (quebra-molas) entre os Pontos de Ônibus nº 312, sentido centro/bairro, e nº 295, bairro/centro, na Avenida Dom Antônio Barbosa, no Bairro Coophasul (Prot. nº 01760/2022). Um projeto de lei e uma indicação, de autoria do Deputado Marçal Filho. Projeto de lei que institui a Política Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Encefalomielite Miálgica ou Síndrome da Fadiga Crônica e Comorbidades Associadas (Prot. nº 01798/2022). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, de acordo com as normas regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado, e ao Senhor Jaime Verruck, Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar, solicitando a destinação de um subsolador para o Município de Juti (Prot. nº 01780/2022). Duas indicações, de autoria do Deputado Neno Razuk. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia à Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, Senhora Elisa Cléia Pinheiro Rodrigues Nobre, solicitando a doação de cobertores da Campanha do Agasalho para as famílias das colônias e assentamentos rurais do Município de Coxim (Prot. nº 01792/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a doação, ou cedência, de um veículo utilitário, tipo caminhonete, para a Fundação Municipal Indígena de Sidrolândia (Prot. nº 01777/2022). Uma moção de congratulação, de autoria do Deputado Paulo Duarte. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, Senhor Alexandre Magno Benites de Lacerda pela recondução ao



cargo para o biênio 2022/2024 (Prot. nº 01789/2022). Uma indicação, de autoria do Deputado Professor Rinaldo. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à Prefeita Municipal de Campo Grande, Senhora Adriane Lopes, com cópia ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a implantação de quebra-molas na Rua Prudêncio Tomaz, em frente ao número 729, no Bairro Zé Pereira (Prot. nº 01776/2022). Uma moção de pesar, nove indicações e oito moções de congratulação, de autoria do Deputado Renato Câmara. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do Senhor José Aparecido Defendi, popularmente conhecido como Zé Defendi, falecido no dia 18 de maio de 2022 (Prot. nº 01765/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando a implantação de ciclovia na Rodovia BR-163, sentido Dourados/Caarapó, iniciando na BR-463, indo até o Município de Caarapó (Prot. nº 01794/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando a implantação de ciclovia na Rodovia BR-463, sentido Dourados/Ponta Porã, iniciando na Avenida Coronel Ponciano, indo até o Município de Ponta Porã (Prot. nº 01796/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando a implantação de ciclovia na Rodovia BR-163, sentido Dourados/Douradina, iniciando na Avenida Coronel Ponciano, passando pelos Distritos Vila São Pedro, Vila Vargas, Vila Sapé, até a entrada do Município de Douradina (Prot. nº 01797/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Senhora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando a implantação de ciclovia na Rodovia MS-156, sentido Dourados/Distrito Industrial, iniciando no trevo com a BR-163, indo até o trevo de entrada da Bunge Alimentos S/A, no Município de Dourados (Prot. nº 01795/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando a implantação de ciclovia na Rodovia MS-156, sentido Dourados/Itaporã, iniciando no trevo do anel viário norte, indo até o Município de Itaporã (Prot. nº 01793/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando a implantação de ciclovia na Rodovia MS-379, sentido Dourados/Douradina, iniciando no trevo com a BR-163,



passando pelo Distrito do Panambi, indo até o Município de Douradina (Prot. nº 01791/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Senhora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando a implantação de ciclovia na Rodovia MS-376, sentido Dourados/Fátima do Sul, iniciando no trevo com a BR-163, indo até o Município de Fátima do Sul (Prot. nº 01767/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando a implantação de ciclovia na Rodovia MS-379, sentido Dourados/Laguna Carapã, iniciando no trevo com a BR-163, terminando no Município de Laguna Carapã (Prot. nº 01768/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Senhora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Diretor-Presidente da Agraer, Senhor André Nogueira Borges, solicitando uma carreta basculante com capacidade para quatro toneladas para transporte de silagem para atender os pequenos produtores do Município de Juti (Prot. nº 01766/2022). Requeiro à Mesa, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação às seguintes pessoas, pelo Dia da Defensora Pública, comemorado anualmente no dia 19 de maio: Débora Maria de Souza Paulino (Prot. nº 01787/2022); Fábio Rogério Rombi da Silva (Prot. nº 01786/2022); Mariza Fátima Gonçalves (Prot. nº 01785/2022); Linda Maria Silva Costa (Prot. nº 01784/2022); Pedro Paulo Gasparini (Prot. nº 01783/2022); Mateus Augusto Sutana e Silva (Prot. nº 01782/2022); Homero Lupo Medeiros (Prot. nº 01781/2022); Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira (Prot. nº 01775/2022). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o Deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o Deputado Coronel David. Transferida. Com a palavra, o Deputado Amarildo Cruz. Transferida. Com a palavra, o Deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (sem revisão do orador) - Bom dia, Presidente Paulo Duarte, que já está se acostumando com a cadeira de presidência! Para mim, é um prazer ser presidido por Vossa Excelência, que é extremamente cauteloso e sempre embasado no bom senso. Acho que falta em nosso País: bom senso, respeitabilidade e democracia, acima de tudo, como instrumentos importantes, para que possamos avançar em todas as áreas, com respeito a todos. Quem é democrata respeita o pensamento do outro. Bom dia, demais colegas que estão conosco nesta Sessão! Quero comentar rapidamente sobre algo que está acontecendo em Campo Grande. Eu lamento profundamente, principalmente neste momento de frio, a demora, o tempo que as pessoas estão aguardando atendimento de saúde. Pela legislação eleitoral, nós já estamos autorizados a fazer a nossa pré-campanha, a fazer a nossa prestação de contas. Aqui em Campo Grande, geralmente de segunda a quarta, eu faço reuniões à noite, falo com as pessoas sobre vários assuntos. Mas quero destacar o caos na saúde. Campo Grande tem uma gestão plena, tripartite, que envolve os Governos Federal, Estadual e Municipal, e vemos um caos na saúde.



Eu me lembro do caso de uma jovem senhora que estava há oito anos aguardando uma cirurgia de quadril, Deputado Pedro Kemp. Oito anos. Não são oito dias, nem oito semanas, nem oito meses — são oito anos. Quando nós descobrimos o caso, eu entrei em contato com a Secretaria de Saúde, e disse-lhe: as obras estão sendo feitas; o Hospital do Trauma mesmo ficou vinte e três anos parado, inacabado; agora o Governador o entregou à população. Então, o que está faltando? O que justifica alguém ficar em cima da cama? E a infecção da mulher sobre a qual estou lhes falando foi evoluindo cada vez mais; depois ela foi para a UPA das Moreninhas. Quando eu soube, falei com o Doutor Márcio, então Diretor-Geral do Regional, e consegui transferi-la para lá. Mas, infelizmente, ela não suportou, e, quarenta e oito horas depois, o diretor mandou em meu celular uma mensagem pedindo desculpas por não ter conseguido salvar a Dona Francisca (a conversa está registrada em meu celular). Eu fui ao velório dela e tudo mais. Inclusive, numa reunião, discutimos com o Secretário Municipal de Saúde, José Mauro, na frente do Governador Reinaldo, de cinco Deputados, dentre os quais o Presidente, e de dezessete vereadores. Eu falei da minha tristeza em morar numa cidade (dividida em duas: a Campo Grande da Afonso Pena e da 14 de Julho e a Campo Grande da periferia) com tantos problemas. Foi feito um empréstimo para a execução das obras no centro da ordem de cinquenta e seis milhões de dólares, quase trezentos milhões de reais. Realmente o centro vai ficar muito bonito, no entanto, nós teremos que pagar esse empréstimo, e começaremos a pagá-lo já no ano que vem. Mas eu fico triste em saber que havia pessoas em cima da cama esperando por uma cirurgia por tanto tempo. Isso é inconcebível, é inadmissível. Lembrando que, na reunião, eu falei da situação da saúde, o então prefeito Marquinhos Trad se comoveu e tal; mas, infelizmente, ele deixou a gestão, e agora os hospitais estão superlotados, as pessoas estão esperando muito tempo para fazer alguns exames. Semana passada, eu estive no Bairro Zé Pereira, e soube que uma senhora está há três anos aguardando para fazer uma endoscopia. A gastrite é uma doença que pode evoluir para um câncer, se o paciente não descobrir em tempo, ao fazer a endoscopia. Segunda-feira, eu soube que, no Bairro Teruel — perto do Dom Antônio Barbosa — há uma jovem que está com uma hérnia enorme, há três anos esperando pela cirurgia. Recentemente, eu visitei o Hospital Universitário, e pasmem, senhores... Eu que trabalhei lá, o HU é um Hospital-Escola. Ele foi atendendo, atendendo, e agora não dá conta mais. O problema é que vai fazendo a contratualização, pegando recursos. Antes o hospital recebia um recurso no valor de setecentos mil reais; agora, ao invés de aumentar, porque as demandas sociais só aumentam em todas as áreas, o ex-prefeito diminuiu desse valor quatrocentos mil reais. Ou seja, mais da metade do recurso foi suprimido. Hoje, o HU, que tem capacidade para atender duzentas pessoas, está com duzentas e oitenta. Você não consegue andar pelos corredores do hospital. Enquanto isso, o pré-candidato está andando por aí, em favelas, aparecendo na televisão... Ele não precisaria sair daqui — Deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência que foi candidato a prefeito — para dar entrevista em outras comunidades. Aqui em Campo Grande há trinta e sete favelas. Inclusive, agora o nome é bonito, não é mais favela, é comunidade. É para dar uma camuflada. Quem catalogou essas favelas não fui eu, nem os colegas que estão aqui, foi a Central Única de Favelas juntamente com a Defensoria Pública. Durante a pandemia, o Projeto Tocando em Frente realizou várias ações; em uma delas atendeu, com a distribuição de alimentação, mais de



seis mil famílias que moram embaixo de uma lona. Eu imagino o frio que as pessoas sentem embaixo de lona. Então, não é uma questão partidária, nem uma questão de oposição — é uma questão de humanismo...

DEPUTADO PEDRO KEMP - Um aparte, Deputado?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - ...Deputado Pedro Kemp, vamos esquecer essa história de PT, de partido de direita. Eu não consigo entender por que alguém tem de ficar anos e anos esperando para realizar um exame, uma cirurgia. A gente não pode dormir em paz sabendo dessa situação. Afinal de contas, são nossos irmãos campo-grandenses que estão sofrendo. Eu e Vossas Excelências conhecemos bem Campo Grande. Eu ando muito pela periferia. Essa situação é inadmissível. No HU há oitenta pessoas nos corredores. E dos setecentos mil reais contratualizados, o ex-prefeito cortou quatrocentos mil. Eu quero deixar registrada a minha indignação. Pessoas de idade estão esperando para fazer cirurgia. Se formos à Santa Casa, ao Hospital do Câncer, tenho certeza de que veremos um caos também. Isso é falta de consciência. Pelo amor de Deus! Eu concedo um aparte ao Deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Eu me somo a Vossa Excelência e o parabênico por abordar este tema. Quero falar da situação de uma senhora que está há bastante tempo aguardando um medicamento; ela tem aquela doença que a pessoa contrai quando tem contato com fezes de pombo. Essa doença ataca os pulmões e pode levar a pessoa a óbito. E aquela senhora está passando mal. O medicamento de que ela precisa custa vinte e cinco mil reais. Ela já procurou a Defensoria Pública; a Justiça já tomou uma decisão favorável a ela, já determinou o sequestro do recurso. E até agora a prefeitura não comprou o medicamento, alegando que dispõe de até setenta dias para atender à ordem judicial. O problema é que, a cada dia que passa, a situação da pessoa vai piorando, até porque a doença é grave — e progressiva. Gente, aquela senhora liga para mim quase todos os dias pedindo uma intervenção urgente em seu caso. Eu não sei mais o que fazer. A gente liga para a Secretaria de Saúde, conversa com as pessoas — e nada acontece. A prefeitura tem a responsabilidade de fornecer o medicamento à paciente. Deputado Professor Rinaldo, é lamentável que as pessoas tenham que recorrer ao Poder Judiciário para ter acesso a medicamentos, ao tratamento de saúde. A gente faz, então, esse apelo à nossa prefeitura, que tem uma gestão plena. Esperamos que a população seja atendida sempre, não só quando a Justiça determinar o sequestro de recursos. Nós precisamos cobrar mais do poder público, para que, de fato, a saúde seja priorizada. Obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Agradeço, Deputado Pedro Kemp, e insiro o aparte de Vossa Excelência na íntegra ao meu discurso. Presidente Paulo Duarte, qual é o próximo inscrito? Se fosse possível, eu gostaria de manter este debate.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Não há Deputados inscritos.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Eu imaginei que o Deputado Amarildo Cruz estivesse inscrito.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Ele não usou a palavra.

DEPUTADO FELIPE ORRO - Um aparte, Deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Pela ordem, Presidente.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Eu gostaria de me inscrever e de ceder cinco minutos do meu tempo ao Deputado Professor Rinaldo.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência está inscrito. O Deputado Professor Rinaldo dispõe, então, de mais cinco minutos, se forem suficientes, para concluir o seu pronunciamento.

DEPUTADO FELIPE ORRO - Um aparte, Deputado?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Agradeço, Deputado Pedro Kemp. Concedo um aparte ao Deputado Felipe Orro.

DEPUTADO FELIPE ORRO - Meu irmão Deputado Rinaldo, Campo Grande é o seu principal reduto. Vossa Excelência conhece todos os bairros, e nós somos testemunhas do carinho que a população tem pelo senhor. Mas eu gostaria de colocar um contraponto na discussão. Ao longo do período em que estou na Assembleia Legislativa, eu acompanho a situação, sou Vice-Presidente da Comissão de Saúde, estou há seis anos na comissão. E, no início da pandemia, no início do ano de 2020, a nossa Capital foi a grande retaguarda de todo o interior do Estado. Entre as capitais brasileiras, proporcionalmente falando, Campo Grande foi a que mais abriu novos leitos, hospitalares e de CTI, para combater a Covid-19. Os municípios do interior pouco investiram, não conseguiram abrir novos leitos, até por falta de profissionais. Houve municípios, Aquidauana, por exemplo, que não conseguiram manter nem os leitos dos quais já dispunham, e Campo Grande os salvou. Os investimentos na área da saúde, em Campo Grande, têm sido, ao longo dos últimos anos, um dos maiores da história da cidade. O município que mais tem aberto leito no Estado é Campo Grande, mesmo que proporcionalmente. Então, eu digo que a Santa Casa, o HU e o próprio Regional passam por problemas; mas nós temos aqui em Campo Grande a presença forte do Executivo, com investimentos inclusive em profissionais de saúde. Eu acompanhei tudo, e todos nós temos os dados que comprovam que a nossa capital socorreu o interior durante a pandemia. Somente isso. Obrigado, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Deputado, a pandemia tem dois anos e alguns meses. A Dona Francisca, que faleceu, estava aguardando por uma



cirurgia há oito anos. Nada justifica isso. O asfalto é importante, a obra física é importante. Mas nós não podemos nos calar e achar normal alguém ficar tantos anos esperando por uma cirurgia, esperando por um exame de endoscopia. Pelo amor de Deus! Saúde é prioridade! Eu não estou fazendo uma crítica partidária, porque essa é uma questão de humanismo. Campo Grande tem uma gestão plena. Todos os dias uma pessoa com câncer me liga dizendo que seu exame está marcado para daqui a cinco, seis meses. Isso é muito triste.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Um aparte, Deputado?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Eu torço pela prefeita, estou orando para que Deus a abençoe grandemente, Deputado Lidio. Não estou colocando culpa na atual prefeita, ela assumiu agora. Essa contratualização de setecentos mil reais foi cortada, em mais da metade, ano passado. Em vez de aumentar, diminuiu. Eu conheço o HU, trabalhei lá. Há pessoas de idade nos corredores. É lamentável. Eu não sei até quando elas vão aguentar essa situação. Deputado Lidio Lopes, de verdade, eu posso ter todos os defeitos, mas não sou mentiroso, não sou hipócrita, não sou dissimulado; eu tenho orado para que Deus dê sabedoria à sua querida esposa. Eu tenho certeza que ela é motivada, não mente, não dissimula, não é demagoga e não é hipócrita. Agora, as pessoas têm que ter a coragem de falar a verdade. Campo Grande está com muitos problemas. E estão 'vendendo' a cidade como se aqui não houvesse favelas, como se não houvesse pessoas morando embaixo de lona. Essa é a verdade nua e crua. Meninas de doze anos estão ficando grávidas, como há casos ali no Água Bonita, ao lado do Anache. Nem ônibus entra naquele bairro. É muito triste essa realidade.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Deputado Professor Rinaldo, Vossa Excelência dispõe de três minutos para concluir o seu pronunciamento.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Deputado Lidio Lopes, o senhor tem a palavra.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Deputado Professor Rinaldo, Vossa Excelência sabe que, no período da pandemia, houve uma determinação do Ministério da Saúde. Mandaram suspender todas as cirurgias eletivas no País. E por que houve essa suspensão? Porque não havia anestésicos. E era preciso anestesiá-lo para entubá-lo e também para mantê-lo sedado. A pandemia fez com que aumentasse cada vez mais a demanda por cirurgias eletivas. Os hospitais estavam atendendo somente urgência e emergência. Hoje, as cirurgias estão represadas; tanto é que chegou-se à casa das setenta e cinco mil cirurgias eletivas. O Governo do Estado está pactuando com os municípios, tentando avançar, mas o processo é lento, não se opera todo o mundo da noite para o dia. Campo Grande não pactuou as cirurgias porque quem regularia as cirurgias seria o Estado, e Campo Grande tem uma demanda bem grande parada. A questão é que, se ficarmos atendendo somente as demandas que vêm do Estado, não conseguiremos operar os pacientes de Campo Grande. Então, não é por culpa dos gestores que as cirurgias estão paradas. E temos



que levar em consideração a determinação do Ministério da Saúde. Somente isso. Obrigado.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Deputado Professor Rinaldo, Vossa Excelência dispõe de um minuto para concluir seu pronunciamento.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Eu sempre respeitei o Deputado Lidio Lopes. Acho que ele não ouviu o que eu disse. A pandemia ocorreu durante dois anos e alguns meses. Vossa Excelência lembra que, naquela reunião, quando eu toquei no assunto, o prefeito não abriu a boca. Vossa Excelência é testemunha. A senhora que faleceu estava aguardando há oito anos. Então, ela ficou seis anos esperando na gestão do atual secretário de saúde. Ou seja, o problema é antigo, a pandemia apenas o agravou. Que Deus abençoe a atual prefeita. Eu oro por ela. Espero que a gente consiga ao menos atender aquelas pessoas mais vulneráveis.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Vossa Excelência disse que a situação tem oito anos. Logo, o problema não é do Prefeito Marquinhos Trad, é de outros gestores.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Do período dele foram seis anos, porque a prefeita assumiu agora.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Deputado Professor Rinaldo, seu tempo já se esgotou.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Que Deus o abençoe grandemente. Espero que, num curto espaço de tempo, os setecentos mil reais voltem a ser repassados ao HU. Há muitas pessoas nos corredores do hospital. Era o que eu tinha, Senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Não há mais oradores inscritos. Antes de passarmos à Ordem do Dia, quero fazer um comunicado aos amigos. Hoje está ausente uma pessoa que tem presença constante neste Plenário. Quero justificar a ausência dele. O nosso querido amigo Deputado Pedro Kemp contraiu a Covid-19. Ele já apresentou o seu atestado à Mesa Diretora, está muito bem, inclusive participando da Sessão de forma remota. Eu fiz questão de comunicar o ocorrido aos demais Deputados, com a sua autorização, obviamente, porque o senhor é uma figura assídua neste Plenário. Desejo o seu pronto restabelecimento. Nós precisamos do senhor em nossa aguerrida bancada. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em discussão única. Projeto de Lei nº 071/2022. Autor: Deputado Amarildo Cruz. "Declara de utilidade pública estadual o 'Instituto Misericordes Sicut Pater', pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, com sede e foro no Município de Campo Grande". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o Deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos Senhores Deputados.

Projeto de Lei nº 071/2022, de autoria do Deputado Amarildo Cruz.



Presidente - Deputado Paulo Duarte.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Amarildo Cruz.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Capitão Contar? Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Gerson Claro? Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Bom dia, Senhor Presidente, Deputado Paulo Duarte. Agradeço ao Deputado Amarildo por assumir a Segunda-Secretaria, hoje, de forma presencial. Gostaria de justificar a minha ausência. Estou em Dourados, estamos aqui na Câmara de Vereadores para uma reunião promovida pelo Vereador Sérgio Nogueira, autor da Lei Maio Laranja local. Teremos ações culturais, está mobilizada toda a rede de proteção à infância... Enfim, por esta razão não estou presente no plenário. Começaremos às treze horas, e eu não teria como



chegar a tempo para essa reunião. Agradeço a todos aí. Parabéns ao autor desse importante projeto, Deputado Amarildo Cruz. Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Em tempo, como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Jamilson Name? Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Londres Machado? Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota a Deputada Mara Caseiro? Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Marcio Fernandes? Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Senhor Presidente, eu quero parabenizar o Deputado Amarildo Cruz pela apresentação desse projeto. O Instituto Misericordes Sicut Pater atende crianças carentes no Bairro Dom Antônio Barbosa. São crianças que antes estavam trabalhando no lixão para sobreviver, de famílias extremamente pobres, e que agora estão sendo atendidas pelo Padre Agenor, missionário redentorista que faz um trabalho excepcional, muito bonito, merecedor do nosso apoio, do nosso respaldo. De forma que voto com muita satisfação pelo reconhecimento da utilidade pública desse instituto. Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Peço autorização ao Deputado Amarildo Cruz, até porque fui relator desse importante projeto, para votar sim também. Solicito o resultado da votação ao Segundo-Secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (Deputado Amarildo Cruz) - Senhor Presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário. Quero agradecer o apoio e os votos dos colegas para a aprovação do reconhecimento da "utilidade pública", como disse o Deputado Pedro Kemp, do trabalho do Instituto Misericordes Sicut Pater. É realmente um trabalho muito bem-feito, que precisa do nosso apoio, que merece ser reverenciado, este do Padre Agenor junto à comunidade do Bairro Dom Antônio Barbosa. Este reconhecimento vai, com certeza, facilitar a sua luta, inclusive com mais apoio do Estado para dar continuidade ao seu projeto. Só isso, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 018/2022. Autor: Deputado Lucas de Lima. "Dispõe sobre a inclusão do Ensino do Estatuto do Idoso no Plano de Educação do Estado de MS". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01 e à Emenda de Redação 02, tendo como relator o Deputado Gerson Claro. Em discussão.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Para discutir.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Para discutir, o Deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Senhor Presidente, eu vou cumprir mais uma vez aqui o meu papel de Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa. Queria novamente reforçar que todo projeto que cria disciplina, que mexe no currículo, que estabelece temas transversais na educação é de competência do Conselho Estadual de Educação, que é o órgão deliberativo do sistema estadual de ensino. É a esse conselho que compete regulamentar essas matérias, este é o órgão responsável pela normatização do sistema estadual de ensino, e o faz obedecendo à Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) e às diretrizes emanadas do



Conselho Nacional de Educação (CNE). Portanto, a pedido inclusive do próprio Conselho Estadual de Educação, eu sempre faço esse apelo para que a Assembleia não crie disciplinas, não altere o currículo das escolas, não acrescente temas transversais, porque essa matéria, ainda que aprovada, será inócua, essa lei será inócua. Matérias tais só podem ser regulamentadas pelo órgão deliberativo do sistema estadual de ensino, que é o Conselho Estadual de Educação. Faço então esse apelo em nome do conselho, onde todas essas matérias são debatidas. As pessoas ficam muito preocupadas, porque nós estamos aprovando leis que não terão eficácia depois. Porque a Assembleia Legislativa, reitero, não tem competência para criar disciplinas, para alterar o currículo das escolas, para criar temas transversais às disciplinas, para influir na base curricular comum, que é competência federal. Então, nesse sentido, eu gostaria de pedir vista desse projeto para analisá-lo melhor, e o devolvo terça-feira que vem.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Deferida vista do projeto ao Deputado Pedro Kemp, que o devolverá na próxima sessão, terça-feira.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Senhor Presidente, muito pertinente a manifestação do Deputado Pedro Kemp, que é uma referência na educação, profundo conhecedor do assunto. Toda vez que se vota matéria nesse sentido, ele manifesta essa preocupação. Eu acredito que cabe uma manifestação formal e direta da Comissão de Constituição, Justiça e Redação nesse caso: que a CCJR analise as importantes ponderações do Deputado Pedro Kemp. Toda vez que uma matéria assim entra em pauta, eu o vejo incomodado com isso, sempre se manifestando no mesmo sentido. Ninguém aqui, em princípio, é contra projeto de "A", de "B", de "C", ou coisa do tipo... O assunto merece ser estudado profundamente, e eu entendo que a CCJR deveria esclarecer o seu entendimento nessa questão. O Deputado fala sobre a manifestação do Conselho Estadual de Educação, que é composto por pessoas preparadas, que entendem, que estudam a educação em nosso Estado. Faço, portanto, a sugestão. Enquanto isso, Presidente, peço a permissão de Vossa Excelência para me abster. Que se registre a abstenção do meu voto, em vista das objeções do Deputado Pedro Kemp, o que é providencial para que a CCJR possa firmar um entendimento acerca de matérias correlatas a esta que estamos votando, desta e das que venhamos futuramente apreciar na Casa.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Deputado Amarildo Cruz, se Vossa Excelência permitir, eu não vou considerar ainda a sua abstenção, pois a votação não chegou a se iniciar.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Pela ordem, Presidente.



PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Eu gostaria de reforçar esse pedido do Deputado Amarildo Cruz, porque ficaria estranho, Senhor Presidente, que a Casa Legislativa, que o Poder Legislativo, cuja missão principal é legislar a favor do povo de Mato Grosso do Sul, aprovasse leis que depois não terão eficácia legal. Então eu gostaria de pedir (estou encaminhando o requerimento à Mesa Diretora), Senhor Presidente, reforçando o pedido do Deputado Amarildo, que a CCJR pudesse se debruçar sobre o assunto, inclusive buscando informações junto ao Conselho Estadual de Educação, para que possamos chegar a um entendimento. Não é a primeira vez que votamos projetos nesse sentido e, quando isso ocorre, há um dispêndio de tempo, de estudo, vota-se a matéria na Casa e depois sobrevém esse imbróglio na questão da competência. Reforço então o pedido, Senhor Presidente. Gostaria até que o requerimento chegasse às mãos do Deputado Paulo Corrêa e do Presidente da CCJR, para que possamos consolidar um entendimento, para uma maior eficiência da Assembleia Legislativa.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Sugestão acatada, Deputado Coronel David, até porque eu, como membro da CCJR, sinto-me no dever de levar isso ao conhecimento do nosso querido presidente, o Deputado Gerson.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Pela ordem, Presidente.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Com certeza há vários projetos inócuos, e não só da área da educação. Mas eu acho que nós estamos aqui para atender à demanda da população. A matéria de direito animal, por exemplo, nós conseguimos aprovar e foi sancionada pelo Governo do Estado... Está certo que cabe ao Conselho decidir o que é melhor ou não, já que é o órgão que entende realmente de educação. Todavia, nós como políticos, como representantes do povo, temos de trazer à luz essas demandas, cabendo à CCJR dizer o que é constitucional ou não é constitucional. Nós devemos, sim, ouvir a população (nesse caso, os idosos), não só no tocante à educação, mas a todas as áreas. Às vezes pode parecer inócuo o projeto para uns, mas para certa categoria, para dada parte da sociedade, é importante a questão — importa ao menos trazer essa discussão para a Assembleia Legislativa. Eis a minha opinião. Obrigado.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Antes de passar ao Item 3 da pauta, eu consulto se o Deputado Marçal Filho está on-line, já que se trata de um projeto de sua autoria... OK. Está. Então vamos ao Item 3.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Pela ordem, Senhor Presidente.



PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Pela ordem, com a palavra, o Deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Eu não fui chamado para votação.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Deputado Renato, foi pedida vista desse projeto pelo Deputado Pedro Kemp, ou seja, ninguém foi chamado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - OK.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Vamos ao Item 3 da nossa pauta. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 105/2022. Autor: Deputado Marçal Filho. "Institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a 'Semana de Informação e Conscientização sobre a Apraxia de Fala na Infância', e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o Deputado Gerson Claro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 105/2022, de autoria do Deputado Marçal Filho.

Presidente - Deputado Paulo Duarte.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Amarildo Cruz.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Capitão Contar? Como vota o Deputado Coronel David?



DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Jamilson Name? Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Lucas de Lima? Como vota a Deputada Mara Caseiro? Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Senhor Presidente, primeiro quero agradecer os votos favoráveis ao meu projeto. Há muitos distúrbios, muitos transtornos ainda pouco estudados, pouco compreendidos; o autismo, por exemplo, passou a ser do conhecimento geral há pouco tempo, e ainda há muita desinformação a respeito. A apraxia da fala na infância é um distúrbio neurológico que afeta a produção motora dos sons da fala, altera a precisão e a consistência dos movimentos da fala. As crianças sofrem muito com isso, sofrem *bullying*, etc. Então, esse meu projeto visa justamente a conscientizar as pessoas desse tipo de distúrbio. Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Neno Razuk?



DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

Kemp?

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Pedro

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

Professor Rinaldo?

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

Câmara?

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Renato

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

Teixeira?

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Zé

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Encerrada a votação. Peço ao Segundo-Secretário, Deputado Amarildo, que nos passe o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (Deputado Amarildo Cruz) - Senhor Presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Projeto de Lei nº 107/2022. Autor: Poder Executivo. "Acréscimo dispositivo à Lei nº 5.799, de 16 de dezembro de 2021, que autoriza a Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul a doar, com encargos, imóveis à Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o Deputado Gerson Claro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 107/2022, de autoria do Poder Executivo.

Presidente - Deputado Paulo Duarte.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Amarildo Cruz.



PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Barbosinha? Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI – Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO – Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Lucas de Lima?



DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Marçal Filho? Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) – Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO – Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) – Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Em Como vota o Deputado Gerson Claro? Só para confirmar o seu voto.

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Solicito ao Segundo-Secretário que anuncie o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (Deputado Amarildo Cruz) - Senhor Presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica: nove indicações. Em



discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vai ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Moção de pesar, de autoria do Deputado Felipe Orro, em razão do falecimento da Senhora Aparecida Grassi Ayoub. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Senhores Deputados, neste momento vou suspender a Sessão, pois a tribuna será usada para manifestação externa, da Doutora Olga Lemos Cardoso, Defensora Pública, Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul. A doutora vai falar da Semana da Defensoria Pública, dispondo de quinze minutos. Logo após, passaremos às Explicações Pessoais. Doutora Olga, por favor (Suspensa às 10h22min).

SENHORA OLGA LEMOS CARDOSO (Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul) - Bom dia, Senhor Presidente, Deputado Paulo Duarte. Bom dia ao Deputado Felipe Orro, que me honra ao possibilitar minha presença aqui, representando a Associação dos Defensores Públicos de Mato Grosso do Sul, neste dia em que se comemora o Dia Nacional da Defensoria Pública, o Dia do Defensor Público. Isto consta da nossa legislação desde 1990 (Lei Complementar nº 51/1990). É uma honra estar aqui falando para os senhores sobre a nossa campanha nacional em prol da justiça, do acesso à justiça aos vulneráveis. Este ano a campanha tem como tema "Onde há Defensoria, há justiça e cidadania". Eu presenciei aqui algumas discussões, ou melhor, cheguei quando os senhores faziam a leitura das homenagens póstumas, entre as quais esta que o Deputado Felipe Orro se referiu há pouco... Na segunda-feira, perdemos o nosso ícone da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul: a Doutora Suely Pletz Neder, que está sendo velada na data de hoje num centro ecumênico em Brasília. Estava internada, houve algumas intercorrências, e veio a falecer. Está sendo velada hoje, depois será cremada e suas cinzas serão trazidas para Campo Grande para serem colocadas no jazigo da família. A Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul está de luto esta semana. Quer dizer, estamos felizes pelo transcurso do nosso dia, mas estamos de luto. A Doutora Suely Pletz Neder foi e sempre será lembrada por todos os defensores públicos de Mato Grosso do Sul, quiçá de toda a Nação, porque foi ela a primeira presidente da Federação Nacional dos Defensores Públicos, hoje Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep). Aqui rendo, então, esta homenagem póstuma a ela. Eu vim para falar sobre a nossa campanha, do mês da Defensoria Pública, e também sobre a Semana Verde. Todos os monumentos de Campo Grande, e a maioria dos prédios da Defensoria, estão iluminados de verde no período noturno. Fico muito grata a todas as autoridades que tomaram as providências para que essa homenagem fosse feita nesta semana, e por todo o mês de maio — obrigado, Deputado, por conceder-me a palavra. Onde há Defensoria, há justiça e cidadania. Imaginemos que uma pessoa muito querida esteja precisando de um medicamento indispensável à cura de uma doença, que esteja correndo risco de vida, como falou há pouco o Deputado Pedro Kemp. Agora, imaginemos que essa pessoa não tenha dinheiro para adquirir a medicação e que, ao buscá-lo junto ao poder público, seja-lhe recusado. Ou imaginemos ainda a situação de uma mãe, que recentemente saiu de uma relação de violência doméstica, estando desamparada, sem o auxílio do genitor das crianças; vamos mais longe, imaginem o anseio de uma pessoa que não sabe sua



origem, que não tem no seu registro aquilo que a identifica como parte de uma família, o nome do pai ou da mãe. Tais situações são corriqueiras para os defensores públicos de Mato Grosso do Sul, diariamente acolhemos pessoas nessas situações dramáticas, isto faz parte da nossa rotina. Lutar para garantir o direito à vida, à saúde, ao acesso ao alimento e ao reconhecimento familiar, eis a missão exercida por quem presta assistência jurídica integral e gratuita às pessoas vulneráveis. Estar ao lado das necessidades mais humanas é a essência da atuação do defensor público. Lutar pela liberdade de quem injustamente cai nas garras do sistema penal, exigir os legítimos direitos dos consumidores, exigir o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas e das identidades de gênero, é também a nossa missão. Atuações como essas são exemplos do que faz a Defensoria Pública, do que fez a Defensoria em 2021. Em 2021, contabilizamos aqui em Mato Grosso do Sul mais de 320 mil atendimentos, mesmo com a pandemia ainda em curso. Durante todo o ano de 2020, em plena pandemia, foram atendidas quase 300 mil pessoas também. Portanto, é com muito orgulho que afirmamos neste Maio Verde, mês da Defensoria Pública, que onde há Defensoria há justiça e cidadania. Onde não há Defensoria Pública, é muito difícil que essas pessoas tenham voz. E elas podem ser ouvidas por todos, mas muitas vezes suas demandas não chegam até o Judiciário, não conseguem o seu direito. Em Mato Grosso do Sul, atendemos em todas as unidades jurisdicionais, em todas as comarcas, mesmo naquelas em que não há defensor público — nestas, nós atendemos através de um substituto. Atualmente estamos atendendo virtualmente, através de acesso remoto, via e-mail, e também presencialmente. As filas dentro dos gabinetes dos defensores continuam grandes; mesmo assim, as pessoas continuam sendo atendidas, seja de forma virtual (envio de documentos, ajuizamento de ações, etc.), seja por meio de telefone, WhatsApp, ou ainda presencialmente. Em 2022, neste ano, esgota-se o prazo determinado pela própria Constituição federal para que todas as comarcas do Brasil tenham ao menos um membro da Defensoria Pública. E é possível atingir essa determinação; hoje nós estamos com apenas 45% de comarcas em todo o Brasil cobertas pela Defensoria Pública. Em muitos Estados, nos rincões do Nordeste, por exemplo, nas comarcas do interior, não há Defensoria Pública. Muito embora a Defensoria concentre seu trabalho nas capitais, onde ela não está presente, os atendimentos são realizados de alguma maneira, muitas vezes por mutirão. Ou seja, como quer que seja, nós conseguimos ser a voz dessas pessoas menos favorecidas. Nós, defensoras e defensores públicos de Mato Grosso do Sul, temos muito a agradecer aos Deputados do nosso Estado, desde a criação da Defensoria Pública, em 1982, pelo então secretário de Justiça, hoje desembargador, Doutor Claudionor Abss Duarte, e pelo governador da época, Doutor Pedro Pedrossian. Agradecemos a criação da Defensoria Pública, e agradecemos também pela realização de concurso público e pela posse dos defensores públicos (em 17 de janeiro de 1983). Este ano, agora em 1º de julho de 2022, comemoramos os quarenta anos da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul. Nós confiamos em todos os Deputados desta Assembleia estadual, todo projeto que nós encaminhamos, qualquer reivindicação nossa de direito, de alteração na nossa lei (alteração de cargos, etc.) — recebeu sempre uma atenção especial, nós sempre recebemos o sim de todos vocês. Os senhores sabem que nós defensoras e defensores públicos estaremos sempre a postos para atender o cidadão vulnerável do nosso Estado...



PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Doutora Olga, se me permite, a senhora dispõe de dois minutos para concluir.

SENHORA OLGA LEMOS CARDOSO DE MARCO - Já estou terminando... Só assim é possível garantir não apenas o acesso à justiça e à cidadania, mas também aos direitos básicos, à dignidade de todos os cidadãos sul-mato-grossenses. Muito obrigada.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Obrigado, Doutora Olga, aproveitando a sua presença, a pedido também da Defensoria Pública, gostaria de lembrar aos Deputados desta Casa que dia 21 de maio o Parque Ayrton Senna recebe a Van dos Direitos para Ação Especial. "A Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul estará com atendimento móvel, com a Van dos Direitos no Parque Ayrton Senna, localizado no Bairro Aero Rancho. A Ação Especial tem parceria com lideranças comunitárias e faz parte da programação da Semana Nacional da Defensoria Pública. O veículo ficará estacionado no parque das nove horas às quinze horas do dia 21 de maio". Mandaram-me dar esse recado e, como sou obediente, Doutora Olga, foi o que fiz.

SENHORA OLGA LEMOS CARDOSO DE MARCO (Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul) - Hoje também está funcionando a Van dos Direitos; não tenho aqui o bairro, mas ela está atendendo hoje também. Inclusive o nosso Primeiro Subdefensor-Geral, Doutor Homero Lupo Medeiros, está lá com a Doutora Renata, Defensora Pública também, atendendo aos nossos assistidos.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Obrigado, Doutora Olga.

SENHORA OLGA LEMOS CARDOSO DE MARCO (Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul) - Gostaria de parabenizar o Deputado Amarildo Cruz por ter apresentado a emenda, o pedido de concessão do título de "utilidade pública" para a Escolinha da Misericórdia (Instituto Misericordes Sicut Pater). É um título muito bem destinado, porque nós defensores públicos estamos, sim, em todos os lugares. Ouvi falar há pouco da área do lixão, onde se situa a Escolinha da Misericórdia. Lá nós atendemos, todo ano nós fazemos uma arrecadação, entre defensores, pessoas do povo, cidadãos campo-grandenses: brinquedos, roupas, sapatos. Arrecadamos e distribuímos para crianças carentes, filhos de catadores do lixão. Muito obrigada.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Obrigado, Doutora Olga. Antes de passar às Explicações Pessoais, observo que estou sob a vigilância atenta do Deputado Paulo Corrêa, que veio avaliar minha *performance* na sua cadeira... Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o Deputado Amarildo Cruz. Vossa Excelência disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO BARBOSINHA (sem revisão do orador) - Deputado Paulo Duarte, minha inscrição, por favor.



PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Deputado Barbosinha inscrito nas Explicações Pessoais. Mais alguém?... Pois não, Deputado Amarildo.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Deputado Paulo Duarte, que ocupa essa importante cadeira, colegas, quem nos acompanha aqui no plenário, ou de forma virtual: bom dia. Venho hoje à tribuna, Senhor Presidente, para reforçar uma moção de apoio que encaminhei aos funcionários do INSS aqui do Estado, do Brasil como um todo, enfim. A nossa manifestação é de apoio à greve dos funcionários do INSS: a categoria está em greve há mais de cinquenta dias. Acerca dessa questão eu gostaria de fazer algumas reflexões. Eu tenho experiência nisto, já estive em movimentos grevistas ao longo da minha carreira: como trabalhador na Secretaria de Fazenda, como sindicalista, etc. Eu sei que é muito difícil — para os trabalhadores, de qualquer segmento, seja no serviço público ou privado — decidir-se por uma greve. Há uma máxima no meio sindical que diz que você, numa greve, sabe como entra, mas não sabe como sai, não sabe como ela termina. É um instrumento, obviamente, legítimo da democracia, é um instrumento legal, que deve ser utilizado — mas é também um instrumento que cria uma tensão muito grande entre grevistas e não grevistas, entre trabalhadores, patrões, gestores... Enfim, ninguém gosta de entrar em greve. Eu me coloco no lugar desses trabalhadores do INSS, que estão há mais de cinquenta dias em greve, e tenho a absoluta convicção de que eles não estão fazendo greve porque querem, porque gostam. A necessidade é que os leva a lançar mão desse último recurso, às vezes não há outro remédio para o trabalhador fazer ouvir a sua voz, suas reivindicações. Os trabalhadores em greve do INSS reivindicam, entre outras coisas, o reajuste salarial de 19,99%, a revogação da emenda do teto de gastos (da Emenda Constitucional nº 95) e o arquivamento da PEC nº 32, que é a PEC da Reforma Administrativa. Além disso, reivindica-se uma reestruturação do quadro, com a criação do plano de carreira dos servidores do Seguro Social, do INSS. É uma série de fatores que demonstram o desmonte praticamente da seguridade social em nosso País, e, conseqüentemente, a degradação das condições de vida daqueles que operam a seguridade social, que são os trabalhadores do INSS. É comum ver hoje pessoas com tempo de serviço, cumprindo todos os requisitos que lei exige para a aposentadoria, com processo protocolado no INSS há mais de vinte, trinta, sessenta dias, seis meses (alguns há quase um ano) sem que o processo sequer tenha sido avaliado, sem nenhuma resposta. Existe um congestionamento de processos sem nenhum tipo de manifestação do Governo Federal a respeito do direito àquela aposentadoria: não há qualquer apoio por parte da seguridade social naquilo que reivindica boa parte dos trabalhadores brasileiros. Um milhão e seiscentos mil processos de pedido de benefício na fila para serem atendidos. Isto é o que está acumulado hoje: um milhão e seiscentos mil processos! É a demonstração mais veemente do descaso do atual governo com o direito dos trabalhadores, com o direito daqueles que trabalharam uma vida inteira, que estão lá com o seu processo formalizado, que têm o seu direito líquido e certo garantido pela Constituição, garantido pelas leis infraconstitucionais — e que no entanto não conseguem! Sabem por quê? Porque a estratégia do governo é não conceder benefício: que se dane a Constituição, que se danem as leis. Não concede, na prática. Mais de um milhão e seiscentos mil processos! Você tem o direito, mas não será concedido porque o governo autoritário atual acha que não deve conceder,

embora você tenha a lei dizendo o contrário, embora você tenha trabalhado todo esse tempo, e embora tenha adquirido esse direito à aposentadoria, a outros benefícios concedidos pelo INSS. Outro detalhe, Senhor Presidente, a força de trabalho do administrativo do INSS, em 2015, era de aproximadamente quarenta mil servidores em todo o Brasil. Hoje, são menos de vinte mil servidores. Ou seja, aumenta a população, aumenta a demanda, e reduz-se para menos da metade a quantidade de servidores à disposição para atender a população. Isso demonstra claramente essa estratégia da não concessão do benefício, da não concessão da aposentadoria, embora tenham direito esses mais de um milhão e seiscentos mil brasileiros que estão na fila com esses processos parados no INSS. Concurso público nem pensar, não há nenhuma manifestação nesse sentido. O que se quer, na verdade, é reduzir a quantidade de servidores, diminuir a despesa, reduzir a quantidade de benefícios — embora seja este o direito daqueles que trabalharam uma vida inteira e não conseguem ter a sua aposentadoria. Ainda está em vigor, dentro da validade, um concurso realizado em 2016, mas a direção do INSS insiste em não convocar esses concursados, embora haja todos esses processos represados aguardando a análise do órgão. Como ocorreu na pandemia, agora existe também no INSS a possibilidade de boa parte dos servidores continuar com serviço remoto. Não se discute nenhum tipo de ajuda com relação às condições de trabalho mesmo daqueles que trabalham em casa. Ora, quem trabalha em casa gasta energia, usa o seu mobiliário, gasta luz, toma o seu café: quem trabalha em casa cumpre o expediente normal, é monitorado nesse sentido.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Deputado Amarildo, Vossa Excelência dispõe de dois minutos para concluir seu pronunciamento.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Já vou terminar, Senhor Presidente... E o atual Presidente, dentro dessa estratégia de desmonte do serviço social do nosso País, também retirou do orçamento do INSS deste ano um bilhão de reais. Enfim, Senhor Presidente, essa manifestação é para expressar o apoio incondicional que eu e outros Deputados damos aos trabalhadores do INSS, porque eles são merecedores do nosso respeito. Formalizei esse apoio para registrar que nós aqui no Estado estamos preocupados com essa situação. Porque desses um milhão e seiscentos mil pedidos de benefícios que estão na fila para serem analisados, grande parte é de trabalhadores aqui de Mato Grosso do Sul. Registro, portanto, o nosso apoio incondicional à categoria nessas reivindicações. Já pedimos o apoio da nossa bancada federal para que se abra um canal de comunicação, para que se levem em consideração as reivindicações da categoria, que se tente conter esse desmonte que acontece de uma maneira geral — que atinge não só os trabalhadores do INSS, mas de um modo geral ao trabalhador brasileiro, que está tendo o seu direito vilipendiado, que está vendo negado o seu acesso à aposentadoria. Só isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Agora, com a palavra, nas Explicações Pessoais, o Deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado João Henrique. Transferida. Deputado Felipe Orro. Transferida. Com a palavra, o Deputado Barbosinha. Vossa Excelência dispõe de dez minutos.



DEPUTADO BARBOSINHA (sem revisão do orador) - Bom dia, Senhor Presidente, Deputado Paulo Duarte, colegas Parlamentares. Mais uma vez cumprimento toda a assessoria da Casa, os servidores, os amigos e amigas que nos acompanham pela TV e Rádio Assembleia. Tenho aqui, Senhor Presidente, um projeto de lei que assegura às pessoas com síndrome de Down, e a um acompanhante, o direito à meia-entrada nas sessões de cinema, teatro, espetáculos desportivos, shows e outros eventos culturais e esportivos realizados no Estado de Mato Grosso do Sul.

"Artigo 1º - Fica assegurado às pessoas com síndrome de Down, e a um acompanhante, o direito à meia-entrada nas sessões de cinema, teatro, espetáculos desportivos, shows e outros eventos culturais e esportivos realizados no Estado de Mato Grosso do Sul. Parágrafo Único. Entende-se por meia-entrada o desconto de 50% nos ingressos concedidos nos termos do caput deste artigo. Artigo 2º - O benefício será concedido mediante a apresentação, pela pessoa com síndrome de Down ou seu responsável, de atestado médico constando o Código Internacional da Doença (CID) ou de documento emitido por órgão oficial que comprove a condição alegada ou de documento emitido por entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, que atenda pessoas com síndrome de Down. Parágrafo único. No caso de entidade de assistência sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, que atenda as pessoas com síndrome de Down, deverá constar no documento de identificação da pessoa com síndrome de Down o número da lei que declarou a entidade de utilidade pública no Estado de Mato Grosso do Sul, bem como o número desta lei que confere o direito à meia-entrada para a pessoa com síndrome de Down e para um acompanhante. O benefício da meia-entrada ao acompanhante da pessoa com síndrome de Down será concedido apenas a um acompanhante, que deve apresentar documento oficial com foto no momento da aquisição do ingresso ou do ticket da pessoa com síndrome de Down. Artigo 3º - Deverá constar, de forma clara e precisa, em toda veiculação publicitária de que trata a presente lei, os valores diferenciados estabelecidos. Artigo 4º - A fiscalização do cumprimento da presente lei ficará a cargo do Procon/MS. Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Justificativa. A síndrome de Down (SD), ou trissomia do cromossomo 21, é uma alteração genética produzida pela presença de um cromossomo a mais, o par 21. Isso quer dizer que as pessoas com síndrome de Down têm quarenta e sete cromossomos em suas células em vez de quarenta e seis, como a maior parte da população. A primeira descrição clínica dos sinais característicos da pessoa com SD ocorreu em 1866. O termo 'síndrome' significa um conjunto de sinais e sintomas observáveis e 'Down' designa o sobrenome do médico pediatra inglês John Langdon Down, que realizou a primeira descrição da SD. Os eventos culturais, esportivos, shows e outros são imprescindíveis para o desenvolvimento social de todos os indivíduos, principalmente das crianças e adolescentes, o que não é diferente com as pessoas com síndrome de Down, entretanto para elas, na maioria das vezes, a participação nesses eventos é condicionada ao acompanhamento de uma terceira pessoa, o que torna mais complexo e encarece a participação em atividades culturais, esportivas, de lazer, etc. O Parlamentar que subscreve este projeto de lei acredita que as atividades culturais, esportivas e de lazer devem ser inclusivas, de modo que as crianças com síndrome de Down e outras deficiências possam participar, interagir, conviver, socializar e trocar aprendizados com as crianças consideradas típicas. É



dever do Estado e da sociedade garantir a todos a igualdade de tratamento, respeitando-se as limitações e as diferenças. As pessoas com síndrome de Down já enfrentam uma série de dificuldades para poder participar dos eventos em sociedade, nada mais justo, portanto, que a essas pessoas e aos acompanhantes sejam facilitadas as formas de aquisição de ingressos em eventos culturais, esportivos e outros. A Constituição federal estabelece, no inciso II do artigo 23, ao Estado e demais entes a competência comum para legislar sobre saúde, assistência pública, proteção e garantia dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, além de garantir o respeito e a igualdade de tratamento". Considero esse projeto inclusivo e muito importante para que as pessoas com síndrome de Down, tal qual já acontece relativamente a outras deficiências, possam ser incluídas. É muito claro que o portador da síndrome de Down, na sua grande maioria, exige um acompanhante, o que encarece esse tipo de passeio, fazendo com que essas pessoas acabem deixando de participar desses eventos e espetáculos culturais e desportivos. Era esta a manifestação que eu tinha para hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Obrigado, Deputado Barbosinha. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente Sessão (10h55 min).